



## AS POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO DO COLETIVO APARECIDOS POLÍTICOS A PARTIR DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Sabrina Késia de Araújo Soares<sup>1</sup>

### RESUMO:

Muitos debates vêm sendo realizado no intuito de consolidar políticas públicas dedicadas a promover a diversidade cultural do país. O presente trabalho corresponde ao início de uma investigação que está sendo realizada dentro do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A pesquisa tem como núcleo o Coletivo Aparecidos Políticos de Fortaleza quem tem realizando intervenções na perspectiva do direito à memória e a justiça através de políticas de incentivo a cultura. Assim, o trabalho apresenta o percurso realizado pelo Coletivo diante da discussão a cerca do papel dessas políticas.

Palavras-chave: coletivo, intervenções, diversidade cultural.

### ABSTRACT:

Many debates have been realized in effort to consolidate public policies dedicated to promote the country's cultural diversity. This paper corresponds to the beginning of an investigation which has been developed in the Universidade Estadual do Ceará's (UECE) Post Graduate Programme in Public Policies and Society. The research has the collective "Coletivo Aparecidos Políticos de Fortaleza" as its center, which has doing interventions under a right to memory and justice perspective and cultural incentives policies. Therefore, this paper presents the path covered by the collective in the light of the discussion about the role of this policies.

Keywords: collective, interventions, cultural diversity.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: sabrina.k.s@hotmail.com



## I – INICIANDO A CONVERSA

Nas sociedades contemporâneas e democráticas, a construção de entendimentos e ações que visem atender demandas sociais tem sido realizada pelo poder público por meio de políticas públicas que tem sido cada vez mais presentes, como afirma Di Giovanni (2009), para além essas e ocorrem nas mais diferenciadas áreas da gestão pública, como saúde, educação habitação, moradia, juventude e também da cultura. É importante deixar claro que muitos conceitos têm sido formulados a respeito do que é políticas públicas, porém, o mais próximo de uma concepção de políticas públicas enquanto processo parte dos entendimentos de Saraiva (2006, p. 28-29) ao afirmar que:

(...) trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política.

É importante atentar as políticas públicas e governamentais<sup>2</sup> enquanto campo, a partir dos entendimentos de Bourdieu (1992) que coloca o campo enquanto espaço constantemente atravessado por conflitos de interesses que são ao longo do tempo negociados entre os sujeitos implicados.

Políticas para todas as áreas citadas acima sempre foram discutidas e passam a ganhar força a partir do período democrático no país. Para o estudo, interessa em especial analisar a partir das políticas de cultura, onde pesquisas e escritas<sup>3</sup> mais recentes dão conta de que as discussões a cerca das políticas culturais no Brasil não são recentes o quanto se pensa. Porém, só após os anos 30 do século XX, com a queda da velha república e com uma nova configuração em termos de plano político, administrativo, urbanístico, industrial e mesmo da cultura, essas discussões começam a ser incorporadas.

Na trajetória histórica, ressalta-se a importância das contribuições de Mário de Andrade, em especial, nesse início de discussões e proposições das políticas culturais no

<sup>2</sup> É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias. Sposito, Marília Pontes. Carrano, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. Artigo publicado em *Políticas públicas de juventud en America Latina*, organizado por Oscar Dávila León (ed.) para Ediciones CIDPA, de Viña del Mar, Chile, 2003.

<sup>3</sup> Autores como Barbalho (2008), Rubim (2006), Calabre (2010) entre outros, nos situam do momento.



Brasil, ao passar pelo Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo entre os anos de 1935 a 1938. (RUBIM, 2007). As experiências no município de São Paulo a cerca dessas políticas extrapolam os limites da cidade e ganham grande repercussão. Mario de Andrade propôs grandes inovações, e algumas chamam bastante atenção por reverberarem na contemporaneidade. Rubim (2007, p.15) aponta essas proposições que são:

1. Estabelecer uma intervenção estatal sistemática, abrangendo diferentes áreas da cultura;
2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”;
3. propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-la, e que abarca, dentre outras, as culturas populares;
4. assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade.

Depois de um longo período, a construção de proposições em ações no âmbito das políticas culturais começa a ser de fato percebida, porém é válido demarcar que apenas nos últimos 10 anos, já sobre o governo Lula e com Gilberto Gil à frente do Ministério de Cultura, esses avanços são mais perceptíveis. Nesse processo de mudanças, a nova administração do país enfrentaria diversos problemas, dentre eles elaborar uma política cultural em tempos de democracia, subvertendo o autoritarismo enfrentado nos últimos anos. Para Gil (*apud* RUBIM, 2008, p.29), a primeira medida seria de “reivindicar um conceito de cultura mais alargado” onde a extensão do conceito passa pela compreensão do modo de operar, ou melhor, “formular políticas culturais é fazer cultura”. Para Rubim (2008), mesmo diante de fragilidades, o Ministério dá passos bem significativos, não a ponto de formular uma política cultural discutida com a sociedade e consolidada em documentos, mas capaz de restaurar o papel ativo do Estado no campo cultural, dialogando com a sociedade.

Nessa perspectiva, percebe-se que de fato o Estado tem aberto e incentivado o diálogo com as pluralidades culturais, em nosso país. Constatação visível, se analisarmos os editais que nos últimos anos passaram a contemplar as mais diversas expressões e linguagens artísticas. Inclusive é a partir dessas novas possibilidades de atuação que afloram novos atores singulares e coletivos na busca de dialogar com essas políticas propondo e realizando intervenções no âmbito artístico, político e também comunicacional, confirmando o que Barbalho (2008, p.28) indica como uma política que “vê a todos como possíveis criadores”, desmistificando a suposta polarização que fixa de um lado “os artistas geniais” e de outro os “consumidores passivos”.



A partir desse ponto emergem coletivos dos mais variados espalhados pelo país. Nesse fluxo atenta-se a formação do Coletivo Aparecidos Políticos<sup>4</sup> como sendo um desses atores singulares dialogando com o Estado na perspectiva de garantir a produção e circulação de práticas artísticas e políticas, resgatando a memória do período da Ditadura civil-militar (1964-1985) do Brasil, período em que a abertura do diálogo com o Estado era algo impraticável. O presente estudo apresenta o início da pesquisa que vem sendo desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará – UECE/ Mestrado Acadêmico e pretende dar visibilidade as práticas do Coletivo Aparecidos Políticos, que fazem uso dessas políticas culturais no sentido de expandir a atuação e de criar conexões com coletivos que também trabalham na perspectiva do direito a memória e justiça.

## II – APARECIDOS POLÍTICOS E SUAS AÇÕES

Depois de presenciar, numa sensação de angústia e alívio, a chegada dos restos mortais do cearense Bergson Gurjão, um dos jovens sonhadores, assassinados pela Ditadura Militar, formei com colegas um coletivo artístico cuja utopia é encontrar mortos e desaparecidos políticos da última ditadura brasileira. De 2010 pra cá temos realizado no Brasil o rebatismo de locais que referenciam ditadores, colagem de cartazes dos rostos de desaparecidos, pinturas murais e intervenções urbanas radiofônicas. (Alexandre Mourão. Jornal O Povo. 25/05/2012).

O trecho é parte do artigo “Destacamento 40. Elogio da utopia<sup>5</sup>, onde Alexandre Mourão conta como surge a ideia-intervenção de criar o Coletivo Aparecidos políticos e dá uma dimensão do que vem sendo a atuação do Coletivo em meio aos espaços.

Criado em 2010, em Fortaleza(CE), por quatro jovens artistas-ativistas, o Coletivo tem trabalhado a partir de intervenções urbanas na perspectiva do direito à memória e a justiça, atuando com dispositivos como rádio arte e o rebatismo de locais públicos que levam o nome de ditadores, onde o ato consiste na retirada do nome de alguém que é

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar, que assim como muitos outros coletivos que tem surgido no país, o Grupo Aparecidos Políticos é um coletivo independente e atua a partir de ações conjuntas com outros coletivos independentes e ou ONG's, além de movimentos sociais.

<sup>5</sup> Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2012/05/25/noticiasjornalopiniao,2845935/destacamento-40-elogio-da-utopia.shtml> Acessado em 13.10.2012



símbolo da repressão transferindo a homenagem ao rebatizar esses locais com o nome de ativistas políticos desaparecidos durante a ditadura civil-militar.

Para além, também realizam intervenções em muros e ruas da cidade de Fortaleza, afixando cartazes com as fotos de desaparecidos pela ditadura militar e escrevendo seus nomes, enquanto performances de tortura são realizadas nas calçadas. Vale pontuar que boa parte dessas intervenções vem sendo realizadas por meio da parceria com o Coletivo Curto Circuito<sup>6</sup> que assim como os Aparecidos Políticos, trabalham a confluência de algumas ciências, como filosofia, arte, comunicação, na perspectiva de intervir na cidade.

As possibilidades de criação, invenção e intervenção ultrapassam os limites das ruas e são ampliados a partir do uso das tecnologias editando, reinventando intervenções também na internet, no site, blog, Youtube e Vímeo, afirmando o espaço virtual também como espaço de atuação. Dessa maneira, o Coletivo vem experimentando o poder de intervir e inventar transitando pelos campos da comunicação, da arte e também da política, estabelecendo alianças com instituições, movimentos sociais, algumas organizações e coletivos artísticos da cidade de Fortaleza e de outros estados.

Nesse sentido, vale explicitar aqui dois conceitos importantes, intervir e inventar. A ampliação do diálogo desses coletivos juvenis com o Estado e a sociedade, de uma maneira mais ampla, confere o que Lopes e Diehl (2012) chamam de “dinâmica dos encontros corporais”, que consiste na rede de conversações estabelecidas entre os sujeitos, seja pela língua, pelos impulsos emotivos gerados a partir do viver junto, dessa forma, entende-se que o conceito de intervir extrapola a definição simplista de ser apenas um agente que atravessa determinada situação. Bem como, o conceito de invenção subverte o que se pensa que seja o puro ato de criar, mas como afirmam Kastrup e Barros (2009), inventar é realizar o coengendramento que é a possibilidade de criar e ser criado, ao mesmo tempo em que ele inventa ações ele se autoinventa, realizando sempre esse fluxo de invenção de si e do mundo.

Em 2011, o Coletivo Aparecidos Políticos é contemplado no Edital Rede Nacional Funarte Artes Visuais – 8ª Edição (2011), com o projeto Intervenção Urbana pelo Ar<sup>7</sup> que consiste na troca de experiências com coletivos de Marabá (PA) e Campinas (SP). A partir do projeto foram desenvolvidas oficinas de Rádio Arte e Transmissão, tanto em Campinas quanto em Marabá, dialogando com artistas, agentes culturais e mesmo os movimentos

<sup>6</sup> Coletivo Curto Circuito. <http://coletivocurto-circuito.blogspot.com.br/>

<sup>7</sup> Edital disponível em: [http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2011/08/Edital\\_Rede-Nacional-Artes-Visuais\\_2011-republicado\\_17.08.2011.pdf](http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2011/08/Edital_Rede-Nacional-Artes-Visuais_2011-republicado_17.08.2011.pdf)



sociais de cada região. O projeto possibilitou alargar o diálogo com coletivos espalhados pelo país, bem como conhecer de perto pessoas que convivem até hoje com as marcas da ditadura. Atentando para a fala Alexandre Mourão<sup>8</sup>, em entrevista concedida ao site da FUNARTE<sup>9</sup>, a escolha das cidades se dá por motivos muito claros para o Coletivo:

Campinas destaca-se na conjuntura nacional, por ser um espaço de referência e resistência para os movimentos de rádios livres e alternativas. Já o segundo município, Marabá, está na região que abrigou um dos maiores focos de resistência à Ditadura civil-militar brasileira: a Guerrilha do Araguaia, que custou a condenação do Brasil, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, por violações diversas, como encobrimento de arquivos e ocultação de cadáveres, entre outras. (Entrevista de Alexandre concedida a Funarte em Abril de 2012)

A possibilidade de dialogar com outros coletivos a partir da fomentação de políticas culturais se apresenta como uma das principais articulações experimentadas por esses coletivos independentes. Tem sido provocador observar como o Coletivo se apropria da cidade como território de criação, produção e circulação, articulando o fazer artístico e político, o que é entendido pelos integrantes do Coletivo por “arte-ativista”, e como interagem com as políticas públicas voltadas para a cultura<sup>10</sup>, especificamente para coletivos independentes. É instigante ainda pensar os desejos que impulsionam os jovens artistas ativistas a resgatar memórias de um período obscuro e difícil, principalmente para movimentos estudantis e de artistas, que à época se envolveram diretamente com a luta contra repressão, momento também repleto de questionamentos.

Possibilidades de criação e invenção é o que as políticas culturais vem proporcionando dentro dos mais diversos campos. No que desrespeita a cultura, há de fato indícios que grandes saltos foram dados e de que essas políticas têm sido cada vez mais ampliadas a fim de contemplar as mais diversas camadas sociais e as mais variadas expressões artísticas, sejam aqueles que continuam tendo as galerias como espaços, ou mesmo aqueles que fazem da vida cotidiana, dos fluxos da cidade, outras possibilidades artísticas.

### III – SEGUIMOS CONVERSANDO

<sup>8</sup> Artista-Ativista do Coletivo Aparecidos Políticos e Mestrando em Educação, na Universidade Federal do Ceará – UFC.

<sup>9</sup> Entrevista disponível em: <http://www.funarte.gov.br/artes-visuais/grupo-de-radioarte-procura-desaparecidos-politicos-em-sp-e-no-pa/>

<sup>10</sup> Como afirma Barbalho (2008), “raros são os trabalhos que definem o que seja ‘política cultural’”, porém o mesmo nos dá pistas do que venha a ser. Segundo o autor, as políticas culturais não são apenas ações concretas, mas existe no cerce uma concepção que parece ser ainda mais estratégicas, o que McGuigan afirma ser “conflito de idéias, disputas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos.” (apud BARBALHO, 2008, p.22).



As intervenções realizadas pelo Coletivo Aparecidos Políticos, provoca a pensar nas múltiplas possibilidades de expressão de coletivos artísticos independentes espalhados pelo país e que acabam encontrando nas políticas culturais, uma possibilidade de tornar visível e de articular com outros coletivos, ações que trabalhem expressões culturais das mais diversificadas.

Pode-se perceber ainda que no Brasil, muitos debates, discussões e aprofundamentos foram e continuam sendo realizados no sentido de chegar a uma conformidade do que essas políticas são capazes. Nesse sentido, é preciso perceber como os engendramentos vão ocorrendo dentro do campo que é também esse lugar do simbólico como afirma Bourdieu (1992).

As políticas são ainda, capazes de fazer emergir fazeres e saberes das juventudes nesses espaços urbanos, que passa a ser para além de um território geográfico, mas existencial no sentido de que ativam outras percepções desses coletivos do que são esses espaços a partir das intervenções, possibilitadas pelas políticas de cultura.

As intervenções do Coletivo fazem pensar ainda o quanto a memória resiste das mais diversas formas e nos mais variados espaços e que o exercício de pensar o que foram esses períodos, ativados a partir dessas intervenções, torna pertinente a discussão permanente a cerca do que são essas memórias e o que de fato elas representam para o contexto social do país. Nesse sentido é pertinente retomar as palavras de Eclea Bosi (1987.p. 340) para quem “[...] a memória grupal é feita de memórias individuais”, assim as ações do Coletivo corresponde a um pedaço dessa memória sendo reativada através da arte urbana.

## REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. **Textos Nômades: Política, Cultura e Mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 1 v. 142 p.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (Orgs.) **Pistas do Método da Cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 52-75.



BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. Editora Universidade de São Paulo, 2ª Edição. São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: diálogos e tendências**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

FREIRE F. J. e CABRAL, A. J. A resistência juvenil em tempos espetaculares: ecos e ensaios da contracultura no século XXI. In: ALMEIDA, M. I. M. de NAVES, S. C. (Orgs.). In: **Por que não? Rupturas e continuidades da contracultura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 216-235.

DI GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Caderno de Pesquisa no. 82, NEPP, Unicamp, 2009.

LOPES, Graziela P.; DIEHL, Raphael. Intervir. In: FONSECA, Tania M. G.; NASCIMENTO, Maria L.; MARASCHIN, Cleci (Orgs). **Pesquisar na diferença. Um abecedário**. Porto Alegre, Editora Salina, 2012.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (org). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007, p. 11-35.

SARAVIA, S. R. Introdução à análise de políticas públicas. In: Saraiva, E.; Ferrarezi, E. **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, Volume 1, 2006.